

## O PAPEL DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO NO DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO DE AVIAÇÃO MILITAR (1911-1921).

BRUNO DE MELO OLIVEIRA<sup>1</sup>

Resumo: O presente artigo abordará de forma exploratória o processo inicial de organização do Serviço de Aviação Militar pela atuação do Estado-Maior do Exército Brasileiro. O citado órgão de assessoramento e planejamento do Ministério da Guerra, com a cooperação da Missão Militar Francesa, teve uma atuação fundamental na estruturação de instâncias responsáveis pela execução de atividades aéreas, papel, muita das vezes, esquecido pela historiografia militar. Identificaremos aqui o contexto no qual a capacitação do pessoal militar, a definição de missões e o estabelecimento de uma orientação doutrinária harmônica e coerente se foram viabilizadas, elementos que permitiram iniciar o esforço para conquista das capacidades militares voltadas para o preparo e emprego dos meios aéreos. Para levar a cabo essa empreitada, constituímos nosso corpus documental reunindo os relatórios anuais do Estado-Maior do Exército (EME), decretos e regulamentos promulgados pelo Ministério da Guerra, alguns documentos da Missão Militar Francesa e notícias dos principais periódicos do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Estado-Maior do Exército, Serviço de Aviação Militar; Missão Militar Francesa; Capacidades Militares.

### INTRODUÇÃO

Existe na historiografia brasileira e nas pesquisas de brasilianistas certo consenso sobre a participação destacada do Exército Brasileiro em diversos momentos da República do Brasil. É um ator de peso no cenário político desde a derrubada do Império, em 15 de novembro de 1889. Contudo, a trajetória desta instituição não se limita a sua atuação como um dos partidos envolvidos na disputa pelos destinos do Estado, na verdade, cremos que este enfoque político, não sem suas razões, eclipsa, infelizmente, o papel efetivo de uma força armada no interior do aparato burocrático estatal e sua missão em defesa da soberania territorial.

---

<sup>1</sup> Doutor em História (UFF). Mestre em História Social (UFF). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (PPGCA).

O aspecto profissional em toda sua complexidade, perpassando o enquadramento institucional, formação e pós-formação de seus efetivos, mudanças e transformações doutrinárias, emprego de meios bélicos e distribuição territorial de suas unidades está ainda longe de ser um campo de farta referência bibliográfica como o são diversos outros temas de pesquisa da História do Brasil.

Neste presente artigo, gostaríamos de adubar um pouco mais este terreno que ainda não foi, em nossa opinião, devidamente explorado pela academia e nem será tão cedo esgotado enquanto produção científica. O período que desejamos analisar já foi objeto das atenções de uma grande bibliografia militar. A modernização do Exército Brasileiro na transição para o século XX e a sua transformação no decorrer das décadas que se seguiram, em especial a Segunda Guerra Mundial, ocupou muitos escritores da caserna. Sobre o tema da modernização da força terrestre, de maneira mais geral e ampla, existe uma extensa bibliografia. Trabalhos redigidos por militares como os de Francisco de Paula Cidade (1998), Jeovah Motta (1998), J. B. Magalhães (2001) e Nelson Werneck Sodré (2010), clássicos da literatura militar, realizavam em seus escritos importantes descrições desses tempos. Desdobrando para a cooperação militar Brasil-França configurada a partir dos últimos momentos da Primeira Guerra Mundial temos os livros de Alfredo Souto Malan (1988) e Jayme de Araújo Bastos Filho (1994). Com foco em aviação dispomos das obras de José Garcia de Souza (1944) e de Nélon Freire Lavenère-Wanderley (1975).

Em uma época mais recente, abarcando os campos do conhecimento como Relações Internacionais, História, Educação e Geografia, é possível identificar trabalhos que se debruçam sobre as necessidades estratégicas em se viabilizar a modernização das Forças Armadas Brasileiras. As teses de Adriana Iop Bellintani (2009) e Thiago Tremonte de Lemos (2014) mostram-se fundamentais para a compreensão ampla das transformações da instrução militar por conta da atuação da Missão Militar Francesa, porém, não avançam na configuração do planejamento, em especial no que tange à criação de aeródromos militares no Sul do Brasil. Manuel Domingues Filho (2007) tem um importante e extenso artigo sobre a atuação de Maurice Gamelin, trazendo destacadas informações sobre as tensões e intenções experimentadas pelos instrutores franceses e das resistências brasileiras frente a pretensões estrangeiras. Por sua vez, Hugo Rogelio Suppo (2004), convergindo com Domingos Neto, aponta que a Missão Militar, para a França, cumpria a função diplomática, econômica e de propaganda da cultura francesa.

Nas páginas que se seguirão, no entanto, dirigimos nosso olhar para um aspecto timidamente mencionado e nunca confrontado diretamente, que é a atuação do Estado-Maior do Exército Brasileiro no esforço de modernização institucional no seio da parceria estratégica com a Missão Militar Francesa. O ambiente mostra-se ainda mais árido quanto ao desenvolvimento do Serviço de Aviação Militar e seus desdobramentos no decorrer do século XX. Objetivamos aqui reposicionar as investigações sobre a aeronáutica militar brasileira, inserindo-a de maneira mais clara possível na estruturação de uma política de defesa do Brasil da República Velha. Portanto, mais do que mencionar a existência de voos em máquinas mais pesadas que o ar, descrever a criação do primeiro centro de formação de pilotos e enumerar turmas concluíram seus cursos em uma escola de aviação, objetivamos refletir isto dentro de um planejamento pretendido como ordenado em vista da proteção de uma nação. E isso vai muito além da alusão de fatos pontuais e isolados (*événements*), mas entender que estes estavam enquadrados em uma orientação superiora emanada de uma entidade cujos gestores se esforçaram por fazê-la atuar tal qual se esperava de um Estado-Maior.

### **O que é um Estado-Maior?**

Pouca é a literatura acadêmica disponível sobre a instituição que conhecemos por Estado-Maior. Esta é uma obviedade nos três trabalhos disponíveis acerca do tema e todos compartilham a mesma posição, que, sintetizamos da seguinte forma: apesar de ser uma instituição indispensável, o Estado-Maior é um objeto praticamente desconhecido dos estudos historiográficos militares.

A obra mais antiga data de 1944, sendo de autoria do oficial do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos James Donald Hittle, o inaugurador deste objeto de pesquisa tão esquecido da historiografia militar. O oficial estadunidense enfatiza, com base em diversas experiências históricas, que a função de um Estado-Maior está na sua capacidade qualificada de assessoramento a um comandante militar (1944). Por sua vez, o historiador argentino Jorge Ariel Vigo (2005) trata de uma longa duração selecionada para abordar a questão da existência de um organismo especializado e formal na tarefa de assessor e planejar as atividades militares. Tal como Hittle, parte de sua configuração quando da grande experiência egípcia da Antiguidade, perpassando por diversas formas sociais não especializadas até o processo de sua construção no movimento de remodelação sob os impactos Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas. Esta fase se iniciou na passagem do século XVIII ao XIX, quando da ampliação da máquina de

**Universidade Federal Fluminense**  
**Instituto de Estudos Estratégicos**

guerra francesa, a transformação sociocultural que permitiu o estabelecimento de instâncias profissionais substituidoras dos antigos atores nobiliárquicos e a estruturação burocrática do Exército Francês. Tomando o caso francês como ponto inicial da construção de um moderno Estado-Maior, Vigo ressalta a importância desta mutação no seio da estrutura burocrática gálica e a repercussão dos ventos revolucionários liberais para a construção do Estado-Maior Prussiano. Por sua vez, o último esforço sistemático para investigar este organismo parte da pesquisa de doutorado do historiador português Stefano Loi (2017). A pesquisa do investigador lusitano é a primeira a fazer uma abordagem comparativa de quatro Estados-Maiores da época contemporânea: Prussiano, Francês, Inglês e Português. Da mesma forma, é o primeiro trabalho a lançar mão de uma contribuição teórica acerca de configuração de um órgão de assessoramento, estudos e planejamento, trazendo assim uma abordagem inovadora a partir de uma orientação sociológica. Loi considera que em sua pesquisa:

os Estados-Maiores que virão a ser analisados podem proporcionar os elementos para conseguir definir um Estado-Maior “ideal”, ou seja um modelo geral que pode descrever adequadamente cada um dos casos analisados, mas que inevitavelmente terá as fraquezas típicas das definições sintéticas, id est, a falta dos elementos que permitem criar uma correspondência perfeita entre a definição de Estado-Maior proposta e cada um dos casos analisados (LOI, 2017, p. 2).

Não aparece explicitamente em seu trabalho, mas o que se depreende do comentário supra citado é uma conexão com os tipos ideais (*idealtyp*) do sociólogo alemão Max Weber. Não aparece nem na sua bibliografia. Diríamos que a incorporação do construto da sociologia compreensiva weberiana permite um avanço na reflexão sobre o Estado-Maior como objeto de investigação acadêmica. Apresentaremos nossas considerações sobre a abordagem ligada ao enquadramento da Dominação Burocrática mais a frente a fim de lançamos uma luz sobre o tema dedicado aos estudos sobre o Estado-Maior do Exército Brasileiro. Não visamos edificar um modelo ideal weberiano, mas instrumentalizar de forma problematizada o conceito de dominação escolhido frente a experiência histórica concreta no Brasil do alvorecer do século XX.

Aquilo que une os três autores citados é a percepção atingida pelo levantamento empírico de que a formação de uma instituição que pauta sua missão em um esforço de análise da situação política, geopolítica e tecnológica do entorno de um país, da necessidade de avaliar a situação da estrutura militar vigente em face de possíveis ameaças e com isso adequando-a a esta percepção de perigo e as vantagens fornecidas por novas tecnologias se encontra condicionado pelo contexto histórico de cada época e das heranças das experiências passadas. Da

mesma forma, no caso brasileiro, tais influências dão a cor temporal ao Estado-Maior.

Sobre a aeronáutica militar temos um importante livro do Walter J. Boyne *The influence air power upon History* que trata do “desenvolvimento da filosofia do poder aéreo ao longo de sua história, examinando a teoria e a prática do poder aéreo, conforme demonstrado não apenas na guerra, mas também na política, diplomacia, tecnologia e cultura de massa” (BOYNE, 2003, p. 11). Todavia, o enfoque deixa de perceber que muitas das diretrizes que permitiram e permitem que as forças armadas incorporem vetores aéreos em seu ofício perpassa os trabalhos de órgãos especializados no trato da atividade aérea e a existência de agentes capacitados para abordar o tema. O historiador militar britânico Peter Gray chega a pontuar sutilmente este aspecto ao mencionar brevemente a lotação de William “Billy” Mitchell no Estado-Maior do Exército Norte Americano após sua estada no Signal Corps, por exemplo. De resto, a contribuição de um órgão de estudo e planejamento não chegou muito a atenção, como se a ação e operacional tivessem uma precedência sobre a reflexão e ao esforço de estruturação.

No Brasil, a historiografia legou apenas uma obra sobre o tema. Obra coordenada pelo Coronel Paulo da Motta Banha (1984) não foi uma empreitada desenvolvida por um historiador profissional como se revela no transitar pelas páginas do livro. O aspecto topicalizado e rarefeito da escrita organiza de forma cronológica apoiando-se as normas e regulamentos organizadores do Estado-Maior do Exército Brasileiro. Ainda que seja um trabalho de pouquíssimo fôlego e de características timidamente descritivas, a obra fornece um trilho mais ou menos seguro para acompanhar a evolução histórica daquele organismo no seio do Exército Brasileiro. Além deste trabalho antigo, dispomos do verbete Estado-Maior e Estado-Maior Conjunto do Dicionário de História Militar do Brasil (1822-2022) de autoria do Coronel João Rafael Mallorca Natal (2022).

Acreditamos que seja necessário iniciar, de maneira não exaustiva, a contribuição teórica de Max Weber no que se refere a uma melhor compreensão da natureza do Estado-Maior como experiência contemporânea. Para isso, recorreremos compreensão do que seja a forma de dominação burocrática, conhecida também como racional ou legal. É uma modalidade de dominação ou autoridade que se baseia na vigência do direito como ferramenta racional de enquadramento dos membros de uma dada associação e no âmbito desta, fazendo-os realizar “ações sociais ou entrem em determinadas relações sociais, declaradas relevantes pela ordem da associação” (WEBER, 2004a, p, 142). O esforço para atender os interesses desta forma de associação ocorre “dentro dos limites das normas jurídicas e segundo princípios indicáveis de forma geral, os quais encontram aprovação ou pelo menos não são desaprovados nas ordens da

**Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Estudos Estratégicos**

associação” (WEBER, 2004a, p. 142). A autoridade ou senhor legal típico, nas palavras de Weber, exerce seu poder superior enquanto seus subordinados obedecem às determinações como ordem impessoal. A obrigação não se dá pelos vínculos pessoais com o senhor, mas sim pelas ordens impessoais “dentro de uma competência objetiva, racionalmente limitada, que lhe foi atribuída por essas ordens” (WEBER, 2004a, p. 142).

O Estado-Maior do Exército pode ser configurado como uma autoridade institucional, ou seja, uma manifestação do exercício organizado de ações contínuas que são definidas por um ordenamento normativo ou regulamento, detentora de uma competência oficial específica dentro de um quadro de distribuição de serviços e ações. O órgão de estudo e assessoramento do Ministério da Guerra se fixa no âmbito da estrutura ministerial dentro daquilo que de princípio da hierarquia oficial, ou seja, segundo perspectiva weberiana "organização de instâncias fixas de controle e supervisão para cada autoridade institucional, com o direito de apelação ou reclamação das subordinadas às superiores". Os expedientes utilizados para se reclamar ou demandar dentro deste ambiente são regras técnicas ou normas.

Para o funcionamento desta forma de associação, Weber aplica ainda o princípio da documentação dos processos administrativos, elemento que circunscreve a comunicação e a emissão de ordens por meio de instrumentos escritos regulados normativamente. “A documentação e o exercício contínuo de atividades pelos funcionários constituem, em conjunto, o escritório, como ponto essencial de toda moderna ação de associação” (WEBER, 2004a, p. 143). Daí decorre a importância da sistematização do registro das atividades desempenhadas e do recurso aos arquivos que se tornam instrumentos incontornáveis para funcionamento institucional.

Aproveitando o exposto no parágrafo acima, empregamos neste artigo, não de forma fortuita, os relatórios anuais do Estado-Maior do Exército Brasileiro, pois este foi o instrumento oficial de comunicação com a autoridade do Ministro da Guerra, apresentando a compilação geral das atividades desempenhas pelas suas seções subordinadas e que alimentavam as decisões que deveriam ser tomadas. Completando este arcabouço de fontes oficiais, agregamos normas como a Lei de Criação do Estado-Maior do Exército e o decreto que reorganizou o Estado-Maior em 1912. Estes elementos reunidos não destoam do caráter burocrático construído pelo sociólogo alemão, mas cumprem situar melhor o órgão que pretendemos analisar e entender o seu enquadramento nas mudanças que se operavam na cultura bélica de princípios do século XX. De forma subsidiária, na composição do corpus documental, empregaremos notícias em periódicos da época e as memórias do General Setembrino de Carvalho e a biografia do General Malan D’Angrogne,

respectivamente, como testemunhas oculares do fenômeno que confrontamos e o resgate da experiência de um dos coparticipes do período.

### **O Estado-Maior do Exército e a Missão Militar Francesa**

O Exército Brasileiro passou por diversas transformações na passagem da Monarquia para a República. Tanto como parte natural da adaptação a evolução da arte da guerra quanto por necessidade de dar conta de ameaças externas e desempenhar missões internas. Como destaca o historiador Carlos Roberto Carvalho Daróz, “O Exército passou por diversas reformas, reorganizações e transformações com o propósito de manter-se apto para o cumprimento de suas missões” (DARÓZ, 2022, p. 51). Todavia, nem todas as mudanças ocorreram de forma sistematizada e de modo uniforme como deveria. Para o foco que lançamos aqui, a posição do Estado-Maior ou mesmo as funções atinentes a um órgão como ele, por exemplo, não era um consenso na passagem do século XIX para o XX. Na verdade, o que desempenhava este papel nos anos finais da Monarquia Brasileira, denominava-se Intendência Geral de Guerra. Visando modernizar o legado herdado do Segundo Reinado, foi criado em 1896 o Estado-Maior Geral do Exército Brasileiro em paralelo com a instituição precedente, que só foi desativado no limiar final dos oitocentos. Na realidade, a força terrestre tinha uma clara percepção do estado de fragilidade em que se encontrava e a clara noção que os artífices e pensadores da guerra no Velho Mundo avançaram de forma significativa na instrução de oficiais, praças e soldados, no conhecimento científico e dos novos meios bélicos, na formulação doutrinária e no planejamento

A missão do Estado-Maior foi definida na Lei nº 403 de 24 de outubro de 1896, na qual se punha sob sua responsabilidade o desenvolvimento dos estudos estatísticos e históricos dos exércitos nacional e estrangeiros, estudos sobre mobilização, estratégia, estudos sobre prováveis teatros de operações, planos de campanha, organização da Carta Geral do Brasil, além de estudos de topografia e de fronteira, além da codificação e legislação militar (art. 3º.), ações fundamentais a serem realizadas em face dos desafios que o cenário sul-americano que erigia.

O período inicial que ora abordamos, está enquadrado pelo segundo regulamento do Estado-Maior, publicado na gestão do General-de-Divisão José Caetano de Farias (1910 a 1914) e o Ministro da Guerra era o Marechal Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto (1911 a 1912). No artigo primeiro do Decreto n. 9.338 17 janeiro de 1912, é estabelecido o Estado-Maior do Exército, como “o órgão essencial do Alto Commando no preparo de todos os elementos necessários á defesa nacional” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1912). Logo, em tempo de paz, sua missão é o preparo para a guerra e o estudo dos elementos necessários para a

**Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Estudos Estratégicos**

defesa do Brasil. Em tempo de guerra, o órgão passaria a centralizar e coordenar as operações e serviços. sendo composto por quatro seções, cada qual com sua respectiva atribuição: 1ª. Seção que trata da organização e distribuição das forças, estudo da organização dos exércitos estrangeiros, missões militares e assuntos relativos à instrução; 2ª, Seção responsável pela mobilização, transporte, concentração de tropas, comunicações militares, estudos de prováveis teatros de operações e material de guerra; 3ª. Seção serviço geográfico e carta geográfica; e 4ª. Seção responsável pela História militar do Brasil; guerras do continente americano e estudos sobre campanhas modernas, bem como catalogação de documentos (art. 5º).

A época que circunscrevemos está enquadrada em um período inaugurado a partir da Proclamação da República até a década de 1920, sendo marcada por mudanças não sistemáticas e constantes que visavam a modernização de meios, pessoal e doutrina no Exército Brasileiro. A lamentação destas grandes variações insistentes e a falta de sistematização mostra-se muito recorrente nos relatórios do Estado-Maior, como se, muitas vezes, houvesse uma desconexão entre os ministros da pasta da Guerra e seu órgão de assessoramento. A situação da aquisição de material bélico também se mostrava problemática, bem como as condições sanitárias e infraestruturais dos quartéis e fortalezas, tudo agravado pelas crises orçamentárias de uma estrutura econômica agroexportadora, instabilidade política e social, e os surtos epidêmicos dos primeiros anos do século XX. A modernização foi amplamente estudada pela historiografia, tanto a militar profissional quanto a acadêmica, porém persistem inúmeros ângulos não tratados deste passado, que se encontrem na penumbra ou totalmente encobertos e desconhecidos, como a própria história do Estado-Maior.

Deixando os comentários sobre as lacunas da literatura especializada, partiremos para o tema com o qual devemos nos digladiar. A preocupação do Estado-Maior com a defesa do Brasil, em especial, diante de uma eventual agressão da Argentina a partir do Rio Grande do Sul. Na verdade, os temores foram herdados da centenária competição entre Portugal e Espanha pelas terras da Bacia do Rio da Prata. Com o advento da aviação militar, e dos avanços argentinos e chilenos neste novo campo da atuação bélica, a posição do Brasil se viu mais fragilizada. A já citada quebra constante de continuidade de projetos, ações e diretrizes tornava o orço para proteção do país por vezes inexequível. Em suma, as dificuldades apresentadas nas operações de pacificação como a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado revelavam um Exército timidamente organizado, desorganizado logisticamente e militarmente indisciplinado.

O incremento da capacidade militar por meio de vetores aéreos mais pesados que o ar foi um dos projetos alimentados pelo Estado-Maior desde a notícia do primeiro emprego de uma aeronave como plataforma de ataque na Guerra Ítalo-Turca (1911-1912). Porém, a não participação do Estado-Maior no empreendimento de estudos e assessoramento também foi sentido de forma significativa. No relatório anual publicado em 1915 referente às atividades do ano de 1914, é recapitulada a queixa do relatório de trabalho de 1912, destacando o contexto de desorganização no seio institucional do próprio Estado-Maior. Retoma a incompreensão do seu papel no Brasil. Havia percepções dispares entre a Força Terrestre e a Marinha, bem como dentro do próprio Exército Brasileiro. Nessa esteira, a própria noção de Estado-Maior era propensa a confusões, sendo comum a indistinção de atribuições entre diversas instâncias, quebrando a especialização dos setores da burocracia o Exército. Havendo ingerências recíprocas entre o Grande Estado-Maior Geral, a Inspeção Geral e as Grande Unidades, o que evidencia ausência de harmonização doutrinária. Em termos de prática aeronáutica, como exemplo desta instabilidade, menciona-se a preocupação em sanar problemas relativos a "[a]erostação e sua aplicação aos usos militares" (ESTADO-MAIOR, 1915, p. ), tema que não foi devidamente tratado com o devido mérito no país. Ressalta que o desenvolvimento da aviação não deveria se limitar apenas a aquisição de material aeronáutico, mas envolve estudo, planejamento e execução, ações que demandam, com isso, como em outros exércitos no mundo moderno, o adestramento de pessoal, a formação de núcleos de aerostação e sua utilização em manobras militares.

A experiência do Primeira Guerra evidencia a imperiosa necessidade de fazer uso das novas técnicas de aviação. Na parte do relatório de 1914 referente à 2a. Seção do Estado-Maior, esta temática é mais bem detalhada, lastimando a usurpação de suas atribuições por outros órgãos do Ministério da Guerra. Ainda assim, no esforço de cumprir sua missão, o referido setor relata a execução de seus trabalhos e apresenta suas posições. Uma, sobre aerostação, replica o Parecer n. 87 de julho de 1914, no qual foi analisada a proposta de aquisição de um dirigível tipo Parsival ("typo Perceval"), que, infelizmente, não logrou êxito por ausência de recursos, pois foram empregados em outras despesas de forma pouco organizada e útil. Outra posição, tendo por base o Parecer n. 58 de 11 de março de 1912, a propósito de "uma proposta da sociedade anonyma de aviação Luiz Breguet, suggerio as medidas que melhor lhe parecem para chegar a um resultado proveitoso, com methodo e até certo ponto economicamente" (ESTADO-MAIOR, 1915). Nota-se aqui ainda uma dupla orientação no que tange ao desenvolvimento da aeronáutica militar, um movimento um tanto pendular durante o primeiro ano da

**Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Estudos Estratégicos**

Grande Guerra, que ora se aproxima de uma solução alemã, ora de uma francesa, os dois principais atores envolvidos no conflito. Além disso, o que poderia ser menos oneroso ao orçamento brasileiro estava na ordem do dia na escolha do meio a ser comprado pelo Exército Brasileiro.

Em todo caso, no documento publicado em fevereiro de 1915 parece demonstrar uma inclinação mais acentuada em favor do aeroplano. Transcrevo abaixo o posicionamento da 2ª. Seção do Estado-Maior do Exército Brasileiro:

Relendo hoje o plano detalhado que acompanhou o parecer citado, ficamos inabalavelmente convencidos que se fôra aprovado e seguido teríamos presentemente, no mínimo: - 4 officiaes pilotos realmente preparados, 4 mechanicos conhecedores do officio, 4 hangars, 4 aeroplanos e sobresalentes, tudo com dispendio fixo, orçado, economico, conseguintemente os elementos basicos para a função da escola brasileira de aviação no Curato de Santa Cruz, objetivo visado (ESTADO-MAIOR, 1915, p. 6).

Entre os anos de 1913 e 1914, realizando um movimento em uma direção distinta e desconsiderando os estudos do Estado-Maior, o Governo Brasileiro optou por outra solução, fato que muito lastima a referida seção. Não é mencionado neste relatório, porém, a empresa que levou a cabo o trabalho de criação da Escola Brasileira de Aviação (EBA) foi uma empresa privada, Gino Buccelli e Cia., que iniciou suas atividades no Fazenda dos Afonsos e não em Santa Cruz, ação que, de acordo com o relatório, não logrou êxito, mostrou-se dispendiosa, pouco econômica e inútil. Tal medida ocorreu no Ministério do General Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (1912-1914), sendo presidente da república o Marechal Hermes da Fonseca. Quanto a gestão de Vespasiano, segundo o Marechal Setembrino de Carvalho, em suas memórias, o “único problema importante de que tratou seu gabinete, interessando ao Exército, foi o da Aviação Militar” (CARVALHO, 1950, p. 101). Mesmo assim, não logrou sucesso nesta empreitada, além de ter obtido resultados precários, em seus trabalhos a frente da pasta. Chama a atenção o texto das reminiscências o fato de o Tenente Ricardo João Kirk, primeiro militar do Exército Brasileiro com brevet de piloto de aeroplano, ter influenciado, por meio da intermediação do então Capitão Raimundo Barbosa, oficial de gabinete de Vespasiano, no modelo de aviação adotado.

No final da segunda metade da década de 1910, iniciou-se um movimento melhor coordenado tendo o Marechal José Caetano de Farias, outrora chefe do Estado-Maior, como Ministro da Guerra (1914-1918). A partir da gestão do Marechal Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro (1915-1921), o Estado-Maior passou a dar passos mais vigorosos ainda que lentos para dotar o Exército de meios aéreos.

Chama a atenção no relatório publicado em 1917 o tópico exclusivo sobre a Aviação. Nele se explicita, mais uma vez à luz da guerra na Europa, a necessidade de se adquirir meios aéreos modernos, instrumentos de guerra se mostram muito importantes na regulação do tiro da artilharia. O texto endereçado ao Ministro da Guerra adverte que não “ha mais duvidas sobre a necessidade desses rapidos aparelhos aereos em um exercito bem organizado, porque sem esses novos orgãos de observação a inferioridade é manifestada e a derrota quasi certa” (ESTADO-MAIOR, 1918, p. 46). Objetivando viabilizar a criação do Serviço de Aviação Militar, foram enviados jovens oficiais a Europa. O chefe do Estado-Maior sugere que estes militares devessem ficar subordinados ao adido militar em Paris o Major Malan d'Angrogne. Sugere também que sejam adquiridos um total de seis aeronaves, duas para cada tipo de missão (reconhecimento aéreo, regulação de tiro e ataque), número considerado aceitável, pois permitiria, em sua visão, a instrução e o emprego, compartilhadamente. A aerostação não era descartada, na verdade o uso de aparelhos mais leves que o ar aparece como elemento complementar no esforço observação de tropas. Cogita-se a ocupação do terreno e das instalações da Escola de Aviação no Campo dos Afonsos para a fundação da Escola de Aviação Militar, que ficaria subordinada ao Estado-Maior. Portanto, conforme orientação obtida na Europa, o aeródromo sofreria intervenções no sentido de adequar as instalações preexistentes. Para tanto, o projeto se desenvolveria com os esclarecimentos fornecidos pelo Tenente Bento Ribeiro junto ao adido na França. O citado oficial subalterno, filho do chefe do Estado-Maior, detinha a planta do campo de aviação situado nos Afonsos, que permitiria o esforço de adaptação das suas construções e a edificação de novos prédios.

A presença dos três militares enviados para estagiar na França encontra-se na biografia de Malan D'Angrogne, redigida por seu filho, o General Souto Malan, empregou recortes de jornais de época, boletins e documentos oficiais e fragmentos escritos de memórias paternas em sua narrativa. Os oficiais comissionados foram instruídos pelo Estado-Maior a apresentar um projeto de estabelecimento do Serviço de Aviação Militar no Brasil às autoridades francesas. Eles integraram a primeira turma de pilotos (não brevetados) da Escola Brasileira de Aviação foram movimentados para o Estado-Maior Geral, lá dividiam suas atividades profissionais com a prática de aviação. Um destes oficiais, o Tenente Bento Ribeiro Filho, atuou como instrutor da Escola de Aviação do Aeroclube Brasileiro que ocupou os antigos hangares no Campo dos Afonsos a partir de 1916. Em março de 1918, os três tenentes ficariam subordinados ao chefe da Comissão Militar Brasileira o General-de-Brigada Napoleão Felipe Aché, objetivando empreender estudos sobre o desenvolvimento da aviação e a identificação dos

**Universidade Federal Fluminense**  
**Instituto de Estudos Estratégicos**

modelos de aeronaves que pudessem ser adquiridas pelo Exército Brasileiro. A Missão Aché, como ficou conhecida, viabilizou a firmação do Primeiro Contrato para a vinda da Missão Militar Francesa de Aviação.

Não entraremos nos pormenores aqui, mas chamaremos a atenção para aquilo que evidencia uma atuação mais racional por parte do Estado-Maior do Exército Brasileiro. A gestão do Estado-Maior, tal como era ou pretendia ser a administração dos entes estatais brasileiros na Primeira República, uma "Administração burocrática", ou seja, uma dominação efetuada em virtude de conhecimento específico e formalizado em uma dada área de atuação igualmente especializada. "Além da posição de formidável poder devida ao conhecimento profissional", diria Weber, "a burocracia (ou o senhor que dela se serve) tem a tendência de fortalecê-la ainda mais pelo saber prático de serviço: o conhecimento de fatos adquirido na execução das tarefas ou obtido via "documentação" (WEBER, 2004, p. 147)". Tal se viu na passagem da chefia do Marechal Bento Ribeiro. A nomeação de Caetano de Farias ao Ministério da Guerra permitiu, em nossa opinião, a criação de um ambiente favorável ao fortalecimento do Estado-Maior. O discurso adotado muitas vezes ao se dirigir ao novo ministro parece ser o de recordar da árdua tarefa de dotar o Estado-Maior de meios necessário para a sua consolidação e do trabalho de elevar seu enquadramento institucionalmente em face das ameaças e dilemas estratégicos do período. A vinda e a cooperação com a Missão Militar Francesa, novos saberes e procedimentos, a posição do Estado-Maior do Exército, tornando-o o locus de irradiação da modernização para a força terrestre.

A literatura antiga sobre a vinda de uma missão de instrução estrangeira ao Brasil. Quando se faz menção o tema, restringe-se a destacar a vinculação da Missão Militar Francesa de Aviação, posteriormente absorvida pela chamada Grande Missão Militar, mas não avançam em quaisquer elementos de atuação do órgão com os instrutores franceses. Sobre a aviação, o foco é direcionado diretamente para a criação da Escola de Aviação Militar no Campo dos Afonsos, herdeira das instalações da Escola Brasileira de Aviação e da Escola de Aviação do Aeroclubes Brasileiro, respectivamente. Os trabalhos redigidos por historiadores não-profissionais limitam-se a uma sequência de data e lugar, pontuar acontecimentos, listar formandos e cursos e identificar comandantes e diretores. Nada podemos nos aprofundar, por exemplo, no trabalho de Nelson Freire Lavenere-Wanderley ou dos trabalhos que continuaram sobre suas linhas publicados pelo Instituto Cultural-Histórico da Aeronáutica (INCAER). Esta desconsideração do papel organizador desempenhado pelo Estado-Maior do Exército talvez deva ser tributada na atenção que a atividade aérea propriamente dita recebia do público da época da primeira aviação de asa fixas, que é a da

experiência de vida profissional, por exemplo, do próprio Lavenere-Wanderley, jovem tenente de Artilharia em princípios da década de 1920. O olhar deste dileitante historiador da Aeronáutica confundiu, em nossa avaliação, a sua trajetória profissional na caserna e sua passagem do Exército para a jovem Força Aérea na década de 1940 com o processo histórico mais amplo de constituição de uma aeronáutica militar. O foco no operacional, no entanto, quando aparece, bem como os demais aspectos institucionais da Aviação Militar, não são analisados. O estudo e o assessoramento não ocupam espaço nas páginas de seu trabalho e nem na versão emula do INCAER, nem a articulação da prática aérea é inserida em uma grande preocupação no âmbito do planejamento de Defesa, que é nossa preocupação.

### **Organizando o Serviço de Aviação Militar**

Um ponto que deve ser desembaraçado é a compreensão do que era essa aviação conduzida pelos instrutores franceses. Não estamos a tratar de uma força aérea unificada e autônoma, estamos falando do ramo aéreo do Exército Brasileiro. O parâmetro que temos que empreender é com o modelo francês em sua experiência prática daqueles tempos, que é o fornecido, obviamente, pelos instrutores da Missão Militar Francesa. No máximo, como destacou o General Italiano Giulio Douhet, tal setor seria qualificado como aviação auxiliar, entendido como “todos aqueles meios aéreos utilizados pelo Exército e pela Marinha, respectivamente, em apoio ou integrando suas operações nas respectivas esferas de ação” (DOUHET, 1988, p. 103).

A função chave da Missão Militar Francesa de Aviação era a constituição do Serviço de Aviação Militar do Exército Brasileiro. Para tanto, em 1918, chegaram primeiro ao Brasil os Capitães Verdier e Lafay, em seguida o Coronel Magnin, sendo este último o chefe da missão. Em 1917, Lafay era tenente instrutor da Escola de Aviação em Etampes onde os tenentes comissionados pelo Estado-Maior do Exército Brasileiro foram adestrados, conforme se encontra registrado na biografia de Malan D'Angrogne. Segundo o relatório anual do Estado-Maior, era Magnin o responsável por decidir sobre a área efetiva para a sede da Escola de Aviação Militar. “Enquanto isso não se dá”, segundo o texto, “o Campo dos Affonsos e seus respectivos hangars vão prestando os serviços indispensáveis” (ESTADO-MAIOR, 1919, p. 29). O destino do aeródromo situado nos confins do subúrbio carioca ainda não havia sido definido naquela época. Bem como pode ser atestado em relatórios dos anos anteriores, as planícies do Curato de Santa Cruz permaneciam nas expectativas de alguns, pois já havia se prestado como campo de aviação em outras ocasiões, como em 1912, com o aviador-desportista Edmond Plauchut, e em

**Universidade Federal Fluminense**  
**Instituto de Estudos Estratégicos**

1918, para a Escola de Aviação do engenheiro italiano Nicola Santo. Não logramos encontrar, em nossas pesquisas, os pareceres técnicos relativos aos estudos sobre estes outros espaços. Só este aspecto demandaria um estudo a parte que não poderá ser coberto nas presentes páginas.

Thiago Tremonte de Lemos pouco pontua a posição do Estado-Maior do Exército, quando o faz, a instituição não é destacada em sua missão, já Adriana Iop Bellintani a traz dentro de sua relação mediadora com a Missão Militar Francesa.

Na primeira década de funcionamento da MMF (1920-1930), a equipe de serviços contratados foi utilizada especialmente na instrução militar e como órgão de consulta, não exercendo influência direta na organização do Exército. Por dez anos, a missão restringiu-se, assim, à mera função de conselheira do Estado-Maior do Exército (BELLINTANI, 2009, p. 541).

Discordamos da posição apresentada pela historiadora. A missão não pode ser considerado como mera conselheira do Estado-Maior, por que a função de assessoramento não é uma atividade de pouca monta. Ao contrário, a instrução moderna que visa criar os fundamentos de um novo Exército Brasileiro perpassava as ações aconselhadoras de quem havia atuado de um grande conflito no continente europeu e que era integrado a uma estrutura institucional militar de primeira grandeza. O ensino militar renovado era tributário da assistência francês que cooperou com o Estado-Maior do Exército, especialmente com a 1ª e 2ª. Seções, cujas missões atentavam para a instrução militar, organização da força, estudos sobre comunicação, mobilização, e demais temas nevrálgicos para a defesa do Brasil da época. Desta forma, com base nas recomendações dos instrutores franceses, o Exército Brasileiro pôde se atualizar em termos organizacionais, doutrinários e bélicos. Isto dependia diretamente da orientação da Missão Militar Francesa de Aviação, primeiro, e da Grande Missão Militar Francesa, em seguida.

No relatório dos trabalhos 1921, publicado em princípios de 1922 revela um cenário significativo de mudança estrutural da força terrestre após a vinda dos instrutores franceses. Fica explicitada a clara percepção de mudança fomentada pela Missão Militar Francesa e a crença de que ela contribuiu para a constituição de um novo Exército Brasileiro. Desta forma, "sente[-se que] uma nova era, prospera e eficiente, leva-o [o Exército] para o seu grande destino - a defesa da Patria" (ESTADO-MAIOR, 1922, p. 1). Na década precedente, do início até sua conclusão, eram pródigos os comentários dos problemas de descontinuidade de projetos, diretrizes e ações, período que, na visão dos militares da época, ficou no passado após o incremento doutrinário e bélico fornecido pela Grande Missão Militar Francesa. Tais ventos de mudanças foram sentidos em boa parte do edifício

institucional da força, sendo configurada, por exemplo, na nova lei orgânica que a estrutura. Quando tomamos por referência o processo de reorganização do Exército Brasileiro, temos que levar em consideração o Decreto nº 15.235, de 31 de Dezembro de 1921, que Organiza o Exército activo em tempo de paz. É uma primeira demonstração em grande escala da modificação da máquina burocrática objetivando a ampliação do efetivo em território nacional e a continuidade de determinadas preocupações geoestratégicas, que por sua vez, abrem espaço para o estabelecimento de espaço de concentração e atuação do vetor aéreo.

Em termos de proporcionalidade, fica evidente a manutenção de duas principais áreas de concentração de tropas do Exército Brasileiro. A primeira área corresponde a própria Capital Federal, centro de poder decisório estatal e militar. A outra região é o estado do Rio Grande do Sul devido a sua posição limdeira com a Argentina, que já dispunha de esquadrilhas de aviação em sua Escuela de Aviación Militar em El Palomar. Não dispomos de um parecer relativo a elaboração do citado decreto de reestruturação, mas podemos dizer, como base no relatório anual do órgão de assoreamento, que se insere um dos grandes desdobramentos da cooperação com os instrutores franceses, podendo ser, em parte, fruto desta atuação estrangeira junto ao Estado-Maior Geral.

Desta organização do Exército em tempo de paz, expressa-se o estabelecimento de unidades aéreas no Brasil para além da Capital Federal. A meta almejada era já dispor em 1924 de uma Diretoria Aeronáutica, setor que supriria a atuação do Estado-Maior no trato da atividade militar aérea na força terrestre, conforme propôs Magnin, chefe da missão de aviação. Logo, a função de estudo, gestão, formação e planejamento especializado encontraria um espaço na grande estrutura burocrática estatal, que se reportaria ao Grande Estado-Maior. Porém, nem uma expansão geral de unidades aéreas e nem uma diretoria foram alcançadas de forma imediata. Em 6 de janeiro de 1921 o jornal carioca a Rua publicou em uma breve matéria de primeira página um dos óbices do grande projeto aeronáutico brasileiro. Intitulada O Congresso votou uma insignificancia. E não teremos tão cedo os centros de aviação em S. Paulo e Matto-Grosso, a reportagem se atencipou os limites da expansão aérea e expôs o tratamento dado pelo Congresso Brasileiro ao desenvolvimento do Serviço de Aviação Militar.

O programma de defesa aerea de nossas fronteiras, após meticolosos estudos, estava em caminho de execução, tendo sido mesmo indicados os officiaes que iriam ficar á testa do commando das esquadrilhas (O CONGRESSO..., 1921, p. 1).

O texto ainda continua: "De acordo com o parecer da missão francesa o Estado-Maior providenciaria para instalar os núcleos de aviação em S. Paulo, Rio Grande do Sul e Matto Grosso" (O CONGRESSO..., 1921, p. 1). O planejamento que redundou no decreto que reorganizou o Exército Brasileiro não se materializou de todo. O tempo de implementação de mudanças e a aquisição de material bélico e aeronáutico franceses foram prejudicados pela progressiva desvalorização da moeda brasileira frente ao franco, além disso, o Congresso votou as despesas orçamentárias para o Exército, reduzindo a disponibilidade de recursos, prejudicando significativamente o atendimento dos "gastos com a instalação das esquadrilhas [fora do Campo dos Afonsos]" (O CONGRESSO..., 1921, p. 1). Foi do plano de expansão das unidades aéreas, obtido recursos apenas para :

o preparo do terreno, na fronteira do Rio Grande do Sul, devendo para allí embarcar, proximamente, uma comissão de officiaes do Estado-Maior, acompanhada major Roswag, director interino da Escola de Aviação, a fim de escolher o melhor local em que serão armados os 'hangars' (O CONGRESSO..., 1921, p. 1).

Manifestando em ação aquilo que o decreto cria normativamente, o desenvolvimento aeronáutico se faz sentir no mesmo ano:

A aviação militar teve no anno de 1921 um grande desenvolvimento. Todavia, não grado este progresso, não se pode dar arrhas ao optimismo, em se contemplando o estado acutal da aviação militar brasileira, cujo problema, si muito tem ganho no ponto de vista material contudo, ainda não entrou numa phase defintiva de organização (ESTADO-MAIOR, 1922, p. 31)

Como pode ser depreendido nas páginas precedentes, não devemos em hipótese alguma pensar no estabelecimento do projeto aéreo brasileiro como algo fechado vindo do exterior e aplicado de imediato. Ao contrário, mostra-se vital para o pesquisador ver esta época em um movimento dinâmico, aberto a alternativas dentro da programação das ações da Missão Militar Francesa junto ao Estado-Maior brasileiro, em face de situações não previstas, condicionamentos orçamentários que restringem a implementação daquilo que foi planejado e previsto, além das turbulências sociais e políticas daqueles tempos da República Velha. Não temos a intenção de discorrer de forma exaustiva estes detalhes da história política brasileira, mas, mencioná-los auxilia em uma melhor identificação da realidade vida daquele alvorecer da década de 1920. Como apresenta Mário Cléber Martins Lanna Júnior, o movimento tem forte impacto na vida política brasileira (2008).. Aqueles que foram partícipes dos movimentos tenentistas encontravam-se no meio das

ações modernizadoras do Exército Brasileiro, eram exatamente aqueles que faziam uso dos novos meios de guerra adquiridos pelo Estado Brasileiro naquele momento.

Afastando-nos da efervescência dos quartéis brasileiros, finquemos nossa atenção a estruturação do Serviço de Aviação Militar. Se os primeiros esforços para a constituição deste ramo da guerra ultrapassavam a perspectiva restrita a formação de pilotos e mecânicos. Com a absorção da missão de aviação pela missão de instrução do Exército Brasileiro, é possível pensar a melhor posição da aviação no conjunto burocrático que se modernizava no Brasil. Desta forma, a leitura geral dos relatórios anuais do Estado-Maior permite, no seu conjunto, a orientação do emprego de meios bélicos aéreos no país e seu enquadramento no conjunto das preocupações estratégicas daquele período do século XX. O sentido último da aviação encontra-se na devida compreensão do planejamento desenvolvido na cooperação militar Brasil-França para a defesa do território brasileiro.

Para garantir a real compreensão do papel da guerra aérea que se deseja no Brasil, devemos ter em mente aquilo que os citados relatórios já vinham registrando desde a criação do Estado-Maior do Exército, que é a missão do dito órgão conforme está sedimentado no decreto que o reorganizou em 1912. É um processo de implementação, como tentamos destacar, mas dentro de condicionantes geoestratégicas de grande importância. Por uma questão de espaço, vamos nos restringir aqui àquilo que nos revela o relatório referente ao ano de 1921. A “defeza da pátria” se dá em vista de uma preocupação de natureza estratégica frente a determinados hipotéticos de tensão futura. Esta preocupação toma forma no tópico do relatório identificado como “Organização defensiva do território”, que divide sua atenção sobre a superfície territorial do Estado Brasileiro em dois tipos de grandes cenários, um relativo aos limites terrestres e outro quanto a grande extensão do litoral, que, na linguagem da fonte, seriam “Estudo das fronteiras e Defeza de Costa”.

Da parte que nos ocupamos na pesquisa, tópico Estudo das Fronteiras, vamos nos deter sobre o ponto (d), da grande região fronteira identificada como área Sudoeste, que abarca as terras que faziam contato com o Paraguai e a Argentina). É esta a faixa “mais temível de todas e Estados nossos como Matto-Grosso, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, mais de que os outros, precisam ser palmilhados e conhecidos em todos os seus postos vulneráveis” (ESTADO-MAIOR, 1922, p. 6). Logo, quando da remodelação do Exército Brasileiro, foi feita em face dos desafios de determinados desafios na ordem internacional regional, fundamentalmente. Para tanto, o domínio do terreno que poderia se confirmar como um teatro de operações se fazia mais do que necessário, e o domínio da cartografia e das condições geográficas se tornavam cada vez mais

**Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Estudos Estratégicos**

imperativas. Isto se sobressai no já mencionado decreto de reorganização do Exército Brasileiro.

Fica explícita a importância do Rio Grande do Sul em um eventual conflito militar com a Argentina e seu papel na proteção da soberania nacional. Na parte do relatório de 1921, relativa a 1a. Seção do Estado-Maior, que a época era chefiada pelo capitão Álvaro Jansen de Serra Lima Saldanha, informa-se a feitura de estudos e pareceres de temas (táticos?) relativos à estruturação da força terrestre. Do tópico VI atinente a menção a estes estudos destacamos alguns ligados diretamente ao tema aviação: a) projeto de navegação aérea internacional (Uruguai e Brasil); b) projeto de navegação aérea entre Brasil e Repúblicas do Prata; c) escolha de campos de aterrissagem entre o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

### **Considerações finais**

A conexão do Estado-Maior com o projeto aeronáutico brasileiro deve ser considerado como um dos pontos de modernização do Exército Brasileiro e do remodelamento da visão sobre defesa da soberania. A atuação da Missão Militar Francesa, seja na pequena, quanto na grande missão, junto ao Estado-Maior não foi até devidamente identificada nas pesquisas históricas precedentes, nem pontuada e muito menos analisada. Os instrutores franceses, oficiais experimentados no fogo e sangue da Primeira Guerra Mundial alimentaram um esforço de renovação tão almejado pelas autoridades militares brasileiras. Os aspectos muitas vezes teóricos ou acúmulo de experiência operacionais não sistematizadas do conhecimento militar do Exército Brasileiro nas primeiras décadas do século XX foram progressivamente reapropriados e ordenados pelos peritos do fazer da guerra moderna. Portanto, a preocupação aqui não manifesta apenas pela necessidade de formação de pilotos e mecânicos, mas perceber este passo como uma das etapas para a criação de fato do Serviço de Aviação Militar no Brasil.

De fato, era insuficiente restringir a atuação de instrutores estrangeiros apenas na capacitação de uma fração do pessoal militar e a aquisição de aeronaves de instrução, como havia sido pensado em 1917 e 1918. A criação da Escola de Aviação Militar no Campo dos Afonsos foi uma ação importante, todavia, era um movimento básico que permitia que, autonomamente no futuro, o Brasil pudesse contar com um ramo da guerra aérea e a formalização das organizações militares e unidades aéreas que permitam o seu pleno domínio. Não foi uma ação de implementação de forma imediata e sim foi fruto de um processo e de um esforço que levava em consideração os elementos preexistentes e as necessidades históricas do Exército Brasileiro.

## Referências:

### Fontes primárias

Leis, decretos e regulamentos

MINISTÉRIO DA GUERRA. Decreto nº 15.235, de 31 de Dezembro de 1921, que **Organiza o Exército activo em tempo de paz**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15235-31-dezembro-1921-524983-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 01 jan 2023.

MINISTERIO DA GUERRA. Lei nº 403 de 24 de outubro de 1896. **Crea o Estado-Maior do Exercito e a Intendencia Geral da Guerra, e dá outras providencias**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-403-24-outubro-1896-540216-publicacaooriginal-40179-pl.html>. Acessado em: 01 jan 2023.

Relatórios anuais do Estado-Maior do Exército

ESTADO-MAIOR DO EXERCITO. **Relatório dos trabalhos do Exercito relativo ao anno de 1914 apresentado ao Snr. Marechal Graduado José Caetano de Farias Ministro da Guerra pelo General de Divisão Antônio Geraldo de Souza Aguiar Chefe do Estado-Maior do Exercito**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar do Estado-Maior, 1915.

ESTADO-MAIOR DO EXERCITO. **Relatório dos trabalhos do Exercito relativo ao anno de 1915 apresentado ao Snr. Marechal Graduado José Caetano de Farias Ministro da Guerra pelo General de Divisão Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro Chefe do Estado-Maior do Exercito**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar do Estado-Maior, 1916.

ESTADO-MAIOR DO EXERCITO. **Relatório dos trabalhos do Exercito relativo ao anno de 1916 apresentado ao Snr. Marechal Graduado José Caetano de Farias Ministro da Guerra pelo General de Divisão Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro Chefe do Estado-Maior do Exercito**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar do Estado-Maior, 1917.

ESTADO-MAIOR DO EXERCITO. **Relatório dos trabalhos do Exercito relativo ao anno de 1917 apresentado ao Snr. Marechal Graduado José Caetano de Farias Ministro da Guerra pelo General de Divisão Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro Chefe do Estado-Maior do Exercito**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar do Estado-Maior, 1918.

ESTADO-MAIOR DO EXERCITO. **Relatório dos trabalhos do Exercito relativo ao anno de 1918 apresentado ao Snr. General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar Ministro da Guerra pelo General de Divisão Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro Chefe do Estado-Maior do Exercito**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar do Estado-Maior, 1919.

ESTADO-MAIOR DO EXERCITO. **Relatório dos trabalhos do Exercito relativo ao anno de 1921 apresentado ao Snr. Dr. João Pandiá Calógeras Ministro da Guerra pelo General de Divisão Celestino Alves Bastos Chefe do Estado-**

**Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Estudos Estratégicos**

**Maior do Exército.** 1a. Parte.. Rio de Janeiro: Imprensa Militar do Estado-Maior, 1922a.

ESTADO-MAIOR DO EXERCITO. **Relatório dos trabalhos do Exército relativo ao ano de 1921 apresentado ao Snr. Dr. João Pandiá Calógeras Ministro da Guerra pelo General de Divisão Celestino Alves Bastos Chefe do Estado-Maior do Exército.** 2a. Parte.. Rio de Janeiro: Imprensa Militar do Estado-Maior, 1922b.

ESTADO-MAIOR DO EXERCITO. **Relatório dos trabalhos do Estado-Maior durante o ano e 1920 apresentado ao pelo Sr. dr. João Pandiá Calogeras Ministro Guerra pelo Marechal Graduado Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro chefe do Estado-Maior do Exército.** Rio de Janeiro: Imprensa Militar do Estado-Maior, 1921.

### **Periódicos**

O Congresso votou uma insignificancia. E não teremos tão cedo os centros de aviação em S. Paulo e Matto-Grosso. In: **A Rua.** Rio de Janeiro. Quinta-feira, ano VIII, n. 4, 6 de janeiro de 1921.

### **Fontes secundárias**

BANHA, Paulo da Motta (coord). **História do Estado-Maior do Exército.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940).** Tese de Doutorado em História para a obtenção do título de Doutor em História Social da Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília, 2009.

BOYNE, Walter J. The influence of air power upon History. Gretna: Pelican Publishing Company, 2003.

BUENO, Clodoaldo. **Política externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. Organização do Exército Brasileiro na República. In: RODRIGUES, Fernando da Silva, FRANCHI, Tassio (org.). **Exército Brasileiro: perspectivas interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

DOMINGOS NETO, Manuel. Gamelin, o modernizador do Exército. In: **Revista Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007. Disponível em:** <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/729/611>. Acessado em: 20 mai 1922.

DOUHET, Giulio. **O domínio do ar.** Belo Horizonte-Rio de janeiro: Itatiaia-INCAER, 1988.

FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). **O Brasil Republicano: sociedade e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 10).

GRAY, Peter. **Air warfare: history, theory and practice**. Londres-Oxford-Nova Iorque-Nova Deli-Sidnei: Bloomsbury Publishibng Plc, 2016.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LAVANÈRE WANDERLEY, Nelson Freire. **História da Força Aérea Brasileira**. Rio de Janeiro: Gráfica Brasileira, 1975.

LE MOS, Thiago Tremonte de. **Desejos de modernidade: o Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa de Instrução (1917-1927)**. Tese em História Defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

LOI, Stefano. **A evolução da Instituição do Estado-Maior, 1806-1918: os casos alemão, francês, inglês e português em perspectiva comparada**. Tese defendida na Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universiário de Lisboa, 2017.

HITTLE, James Donald. **The military staff: its history and development**. Harrisburg, The Military Service Publishing Company, 1944.

NATAL, João Rafael Mallorca. Estado-Maior e Estado-Maior Conjunto. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et. alii. (org.). **Dicionário de História Militar do Brasil (1822-2022)**. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

VIGO, Jorge Ariel. **El Estado Mayor: La asistencia ai comandante desde Egipto hasta Prusia**. Buenos Aires: Folgore Ediciones, 2005

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de um sociologia compreensiva**. 4 ed. São Paulo: UnB –Imprensa Oficial, 2004a, 1v.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de um sociologia compreensiva**. 4 ed. São Paulo: UnB –Imprensa Oficial, 2004b, 2v.